

Volume 13

Resenha 1

25 de setembro de 2019

## Resenha

*Evandro Cherubini Rolin<sup>1</sup>*

CARDOSO, Jaqueline Aparecida. O custo-aluno nas unidades de uma Rede Municipal de Educação Básica. Curitiba, 2018. 97 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 13, n.35. Agosto de 2019.



<http://10.5380/jpe.v13i0.67496>

O objetivo do trabalho da autora foi estimar o custo-aluno real de escolas municipais de Curitiba e analisar as diferenças entre os valores praticados. Para o cálculo foram utilizados os microdados da folha de pagamento dos profissionais da educação juntamente com os do Censo Escolar 2013. Foram analisadas 379 escolas, dividindo a análise por etapa de ensino. Os resultados mostraram que há uma grande diferença no valor do custo-aluno entre as escolas e que as etapas e modalidades influenciaram na diferença.

Ao analisar os custos por arranjo de etapas foi possível observar que apesar da redução da variância dos valores do custo-aluno, a diferença era mantida indicando a existência de outros elementos que influenciaram nos resultados. As variáveis que influenciaram no custo-aluno foram o número de docentes com formação em Ensino Médio, Ensino Superior ou Pós-graduação; o número de matrículas em tempo integral; o

---

<sup>1</sup> Professor Dedicção Exclusiva da carreira EBTT do Instituto Federal do Paraná (IFPR), lotado no campus Curitiba. Possui graduação em Engenharia Elétrica, com habilitação em Eletrônica e Telecomunicações, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), especialização em Telecomunicações pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialização em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), complementação pedagógica para docentes não licenciados pela Faculdade Avantis/SC, especialização em Políticas Educacionais pela UFPR e mestrado em Engenharia Elétrica pela UFPR.

nível socioeconômico da área de localização da escola; o tempo de serviço em anos; e principalmente o número de alunos por turma e por docente.

O trabalho foi dividido em três capítulos principais, além da introdução, considerações finais, referências e anexos. A introdução inicia abordando temas como o direito à educação, qualidade em educação, CAQi, CAQ, Fundeb, custos e custo-aluno, utilizando como base, principalmente, as seguintes legislações: LDB nº 9394/96, CF/88, Lei nº 13.005/2014 - PNE 2014-2024, Lei nº 11.494/2007 e LRF nº 101/2000, e os seguintes autores: Romualdo Portela Oliveira, Carlos Roberto Jamil Cury, Luiz Fernandes Dourado, Nalú Farenzena, Denise Carreira, José Marcelino de Rezende Pinto, Thiago Alves e Eliseu Martins. Em seguida a autora apresenta suas questões da pesquisa: (a) quão díspares são os valores do custo-aluno real das escolas municipais de uma cidade de grande porte? (b) quais variáveis explicam possíveis disparidades? (c) quão distante estes valores se encontram do Fundeb e do CAQi?

O trabalho apresenta abordagem quantitativa descritiva, tendo como tema o custo-aluno e objetivo geral estimar o custo-aluno real em escolas municipais de Curitiba, analisando possíveis disparidades entre os valores praticados e identificar variáveis explicativas para estas disparidades. Os objetivos específicos são: (a) verificar possíveis desigualdades entre os valores do custo-aluno real total e por etapa de ensino entre as escolas analisadas. (b) compreender as disparidades entre o custo das escolas por meio de variáveis explicativas. As fontes de dados utilizadas foram o Censo Escolar do ano de 2013 e a Folha de Pagamentos do Município de Curitiba (FP) do mês de outubro de 2013.

Por sua vez, o primeiro capítulo trata da revisão da literatura por meio da conceituação de custos, custo-aluno qualidade (CAQ), políticas de fundos, fontes de recursos para a educação e financiamento da educação básica no Brasil.

Inicia o capítulo apresentando o histórico da vinculação constitucional das receitas à educação, do salário-educação e as receitas provenientes das transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). Na sequência trata dos fundos de manutenção, abordando as diferenças entre o Fundef e o Fundeb e os tributos que compõem os mesmos. Posteriormente, a autora apresenta os padrões mínimos de qualidade com base na legislação educacional, para desenvolver os conceitos de CAQ e CAQi, além de diferenciar custos, gastos e despesas.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos, abordando as fontes e banco de dados da pesquisa, além da análise dos dados. Inicia o capítulo apresentando os

procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, relacionando-os aos objetivos e as fontes de consulta, assim como com as 46 variáveis utilizadas para a elaboração do banco de dados.

A técnica escolhida para a análise foi a de *clustering* (agrupamento) para formar grupos por similaridade. A opção foi por hierárquica para definição de número de clusters, seguida da k-médias, combinada com o método *Ward* e medida de Distância Euclidiana Quadrática. As variáveis utilizadas na análise de *cluster* foram custo-aluno, número de matrículas em tempo integral, tempo de serviço, número de alunos por docente, número de alunos por turma, formação em Ensino Médio, formação em Ensino Superior, formação em pós-graduação e NSE.

E o terceiro capítulo trata dos resultados da pesquisa e discussões, por meio da descrição da rede municipal de ensino de Curitiba, da análise do custo-aluno e da análise explicativa do custo-aluno.

As descrições apresentadas sobre escolas, como matrículas, docentes e perfil financeiro foram feitas por entendê-las como elementos primordiais para a compreensão da rede e por estarem diretamente ligados aos custos, apresentando forte impacto no custo. A faixa de variação entre os valores calculados foram da ordem de R\$ 312,31 a R\$ 3.195,96 por aluno. O resultado mostra que há escolas com custo-aluno maior do que 10 vezes em relação a outras. De acordo com os quartis e decis tem-se que em 25% das escolas o valor do custo-aluno é de até R\$ 540,30 (quartil 1), enquanto que outras escolas, correspondentes à outros 25% das unidades (quartil 3), apresentam valores 32% a mais sob o primeiro grupo (R\$ 716,17). O 9º decil mostra que 10% das escolas tiveram seu custo-aluno maior que R\$ 834,45, ou seja, receberam aproximadamente 27% a mais que a média das escolas.

Nas considerações finais, conclui-se que a distribuição dos recursos é muito desigual entre as escolas e que as etapas e modalidades influenciam na diferenciação de custo, sendo que a diferença entre os valores entre unidades chegou a R\$ 610,07. Observou-se que há outros elementos influenciadores do custo-aluno, como a formação docente (em Ensino Médio, Ensino Superior ou Pós-graduação); o número de matrículas em tempo integral; o nível socioeconômico da área de localização da escola; o tempo de serviço em anos; e principalmente o número de alunos por turma e número de alunos por docente. Entretanto, foi necessário separar as escolas em clusters para conseguir realizar a análise do banco.

Com respeito à comparação dos valores do custo-aluno com os do CAQ e do Fundeb, em geral os valores da média do custo-aluno estão acima dos valores do CAQ e bem acima dos do Fundeb. Apenas creche apresenta valores abaixo, entretanto muito próximos. A autora afirma que a maior parte das despesas com MDE (60%), no município de Curitiba, são custeadas com outros recursos de impostos que não os do Fundeb.

A autora ressalta a grande variância encontrada nos valores do custo-aluno entre escolas, uma vez que, ao se analisar o valor mínimo, nota-se que há escolas com valor abaixo do CAQ, inclusive abaixo do Fundeb (pré e educação especial). As únicas etapas que em todas as escolas tem seu valor de custo-aluno igual ou acima dos do CAQ são o EF-AI e EF-AF.

Dessa forma, o estudo do custo-aluno permite analisar como a redistribuição dos recursos destinados à educação ocorre entre as escolas, possibilitando a investigação dos motivos para os valores distintos. Possibilita o desenvolvimento de políticas educacionais que visem à redução da desigualdade entre as escolas, sendo uma ferramenta de grande importância para a análise da gestão pública.

Apesar da dissertação ser defendida em 2018, os dados analisados referem-se ao ano de 2013, sendo utilizados somente os microdados da folha de pagamento do mês de outubro do mesmo ano, por serem os únicos disponíveis para a pesquisa daquele recorte. Entretanto, se houvesse a viabilidade de serem analisados todos os meses do período, entendesse que resultaria em um valor mais preciso e não apenas uma estimativa.

Outro ponto observado é o fato da pesquisa contemplar somente o valor destinado às despesas com pessoal, devendo-se ao fato desse ser o componente majoritário do custo-aluno. Em função da dificuldade em conseguir as informações referentes aos demais itens de custos junto às secretarias de educação e unidades de ensino, os resultados obtidos no estudo são uma estimativa aproximada do custo-aluno real total, pois se referem exclusivamente à parcela destinada às despesas da folha de pagamento dos profissionais de educação (docentes e funcionários das escolas). Dessa forma, considera-se que para a obtenção de um valor mais próximo do custo aluno real nas escolas dever-se-ia considerar outros gastos, como o custeio das unidades avaliadas.

É válido ressaltar que por se tratar de um trabalho que tem como propósito o cálculo do custo-aluno, entendesse que o trabalho pecou em não utilizar como base legal as normativas da contabilidade de custos, como a Resolução CFC nº 1.437 de 22 de março de 2013, que trata das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao setor

público e a Resolução CFC nº 1.366 de 25 de novembro de 2011, que aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público, sendo que a mesma estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público.

O tema custo-aluno é importante para o enfrentamento dos desafios da educação no contexto atual, principalmente considerando a limitação aos gastos públicos, dessa forma, a pesquisa mostra-se de suma importância para a área educacional, uma vez que objetiva propor uma metodologia de cálculo do custo real da educação básica no município de Curitiba.

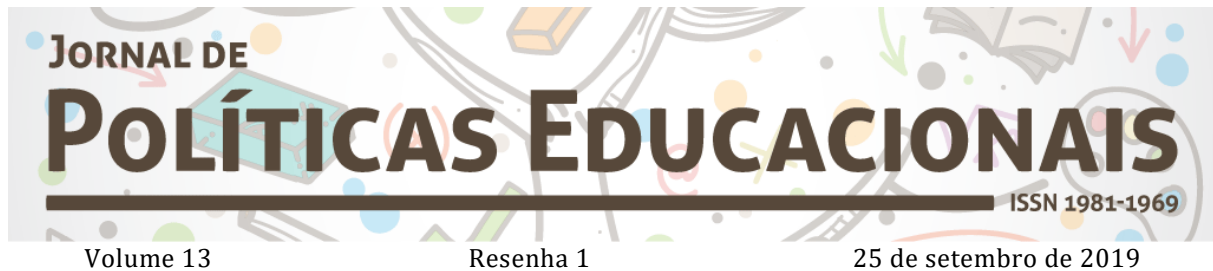
A proposta da pesquisa encontra-se em consonância ao desenvolvimento do simulador SimCAQ pela UFPR, que conta com apoio e financiamento do MEC, para o cálculo do custo-aluno na educação básica nacional, como proposta a ser empregada pelo MEC, em possível substituição ao Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), em conformidade à meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE), que trata do investimento público em educação pública até atingir o equivalente a 10% do PIB ao final de 2024.

A obra é recomendada para leitores e pesquisadores interessados no financiamento da educação básica e no custo-aluno por etapa e modalidade de ensino da educação básica.

---

*Recebido em Maio de 2019*  
*Aprovado em Julho de 2019*  
*Publicado em Setembro de 2019*

---



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

*BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)*  
*Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)*  
*Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)*  
*Google Scholar*  
*Index Copernicus*  
*Portal de Periódicos (CAPES)*  
*SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)*  
*Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)*  
*DRJI - Directory of Research Journals Indexing*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 13, resenha 1 – Setembro de 2019

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)  
Daniela de Oliveira Pires (UFPR)  
Ana Lorena Bruel (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes

(UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), TheresaAdrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

---

Créditos e Agradecimentos:

Revisão de Língua Portuguesa, Abstract e Resumen: PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA UFPR

Arte e diagramação: TIAGO TAVARES ([tiagotav@gmail.com](mailto:tiagotav@gmail.com))

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Avenida Sete de Setembro, 2645  
2º andar, Sala 213  
80.230-010 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3535-6264  
[jpe@ufpr.br](mailto:jpe@ufpr.br)  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>